



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2018

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

DATA: 18/07/2018

HORÁRIO: 14:00 HORAS

LOCAL: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

OBJETO: Contratação de empresa para prestação dos serviços técnicos de manutenção corretiva e preventiva, conservação e assistência técnica nos sistemas de ar condicionado dos Fóruns de Carapicuíba, Cotia, Embu, Franco da Rocha, Osasco e Taboão da Serra (Região 7).

Vistoria: A vistoria é **facultativa** e poderá ser feita mediante **agendamento** com a Seção de Infraestrutura Mecânica, pelo e-mail enginframec@trtsp.jus.br.

EDITAL

1 - DO OBJETO

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8 - DA HABILITAÇÃO

9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10 - DOS RECURSOS

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13 - DO CONTRATO

14 - DO PAGAMENTO

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17 - DO FORO

ANEXOS: A - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

B - MINUTA DE CONTRATO

C - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

D - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ, DE 09/08/2012

E - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 7 DO CNJ, DE 18/10/2005

F - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

ESCLARECIMENTOS: em até 3 dias úteis anteriores à abertura, pelo e-mail licita@trtsp.jus.br



O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação - Internet, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço, que será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de julho de 2002, pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 e condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos, de acordo com o que consta do **Processo PROAD nº 23.853/2018 e Pregão Eletrônico nº 047/2018**.

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente pregão é a contratação de empresa para prestação dos serviços técnicos de manutenção corretiva e preventiva, conservação e assistência técnica nos sistemas de ar condicionado dos Fóruns de Carapicuíba, Cotia, Embu, Franco da Rocha, Osasco e Taboão da Serra (Região 7), conforme especificações contidas neste edital e em seus anexos.

1.2 - Os serviços serão realizados nas seguintes unidades:

- a) Fórum Trabalhista de Carapicuíba, localizado na Avenida Miriam nº 55, Carapicuíba/SP;
- b) Fórum Trabalhista de Cotia, localizado na Avenida Rotary nº 175, Cotia/SP;
- c) Fórum Trabalhista de Embu, localizado na Rua Belo Horizonte nº 320, Embu/SP;
- d) Fórum Trabalhista de Franco da Rocha, localizado na Avenida Doutor Franco da Rocha nº 96, Franco da Rocha/SP;
- e) Fórum Trabalhista de Osasco, localizado na Avenida Santo Antônio nº 1013, Osasco/SP;
- f) Fórum Trabalhista de Taboão da Serra, localizado na Estrada São Francisco nº 1061, Taboão da Serra/SP.

1.3 - Os licitantes estarão sujeitos às penalidades do título 12 pelo descumprimento de exigências editalícias, inclusive na fase de aceitação das propostas.

1.4 - Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no site Compras Governamentais e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e de seus anexos, bem como as empresas que não possuem condenações cíveis por atos de improbidade administrativa e que não tenham sido consideradas inidôneas e suspensas, sendo verificado eventual descumprimento das vedações, em nome da sociedade empresarial licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, mediante consulta ao:

2.1.1 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.1.2 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.



2.1.3 – Cadastro das Empresas Inidôneas e Inabilitadas, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no endereço eletrônico portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas.

2.2 - A participação das empresas nesta licitação corresponderá, automaticamente, à indicação de que não existem fatos impeditivos para sua habilitação e à ciência da obrigatoriedade de declarar, a qualquer tempo, quaisquer ocorrências supervenientes que as inabilitem.

2.3 - Caso o faturamento ultrapasse o máximo permitido como condição para utilização das prerrogativas dispostas na Lei Complementar nº 123/06, conforme subitem 16.11.1 o licitante será desclassificado e estará sujeito às penalidades dispostas no título "Das Sanções Administrativas".

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados, junto ao órgão provedor do sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 0800-9789001 – Comprasnet.

3.3 - O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.4 - Para cadastrar-se no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o interessado deverá preencher os formulários previstos na Instrução Normativa IN nº 02/10 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações, e entregá-los, juntamente aos documentos solicitados, em uma das Unidades Cadastradoras – UASG.

3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (§ 6º do artigo 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.6 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º do artigo 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.6.1 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 - Os licitantes credenciados deverão inserir suas propostas de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – Comprasnet, na tela reservada para este fim, denominada "cadastramento de proposta", até a data e o horário limite definidos para abertura das propostas de preços.



4.2 - Como requisito para a participação neste pregão eletrônico, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento das condições contidas no edital e em seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

4.3 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances e sua proposta, conforme estabelece o inciso III do artigo 13 do Decreto nº 5.450/2005.

4.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme estabelece o inciso IV do artigo 13 do Decreto nº 5.450/2005.

4.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará o licitante às sanções previstas, conforme disposto no parágrafo terceiro do artigo 21 do Decreto nº 5.450/2005.

4.6 - Nos valores propostos deverão estar todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas com transporte ou terceiros, seguros, quaisquer taxas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital, bem como quaisquer vantagens ou lucro a ser obtido pela empresa.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 - A partir das 14h00min do dia 18/07/2018, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 047/2018**, com a divulgação das propostas de preços recebidas de acordo com o Decreto nº 5.450/2005.

6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3 - Só serão aceitos os lances em reais cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido ofertado pelo mesmo licitante e registrado pelo sistema.

6.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5 - No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.5.1 - O(A) pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



6.5.2 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) pregoeiro(a) aos participantes, na forma do estabelecido no artigo 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05.

6.6 - A sessão do pregão terá início após a análise das propostas e da confirmação de abertura, no sistema eletrônico, pelo(a) pregoeiro(a). A etapa de lances será encerrada por decisão do(a) pregoeiro(a), mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 - O critério para o julgamento das propostas será o de menor preço global.

7.2 - Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do lance de menor preço global, quanto ao objeto e ao valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.3 - O(A) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

7.4 - O licitante melhor colocado deverá enviar, via Sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos” –, no prazo de **2 (duas) horas**, sua proposta com o valor final praticado na sessão de lances em conformidade com o anexo C do edital, assinada pelo representante da empresa, contadas da solicitação feita pelo(a) pregoeiro(a), no chat de mensagens e/ou por e-mail, sob pena de desclassificação e incidência das penalidades previstas no título 12 deste edital.

7.4.1 - Juntamente à proposta, deverão ser anexadas:

7.4.1.1 - Declaração de Cumprimento à Resolução nº 156 do Conselho Nacional de Justiça, de 09/08/2012 (anexo D), tendo em vista o disposto no item 16.13.

7.4.1.2 - Declaração, na forma do anexo E, de cumprimento à Resolução nº 7 do CNJ, de 18/10/2005.

7.4.1.3 - Comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6938/1981 e da Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013.

7.4.2 - Comprovada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta "convocar anexo" do Comprasnet, a critério do(a) pregoeiro(a), poderá ser utilizado, para encaminhamento de documentos, o endereço eletrônico licita@trtsp.jus.br.

7.5 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.



- 7.5.1 - Neste caso, a empresa de melhor lance deverá anexar em até **2 (duas) horas** contadas do pedido do(a) pregoeiro(a) a proposta de acordo com o item 7.4 e toda a documentação disposta em seus subitens.
- 7.6 - Nas situações previstas nos itens 7.2 e 7.5, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o licitante, para que seja obtido preço melhor.
- 7.6.1 - A pedido do(a) pregoeiro(a), o licitante vencedor deverá readequar sua proposta para que os valores unitários e totais possam ser expressos com duas casas decimais e em conformidade com o lance vencedor.
- 7.7 - Serão desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo com as condições previstas neste pregão, bem como aquelas que se manifestarem inexecutable, nos termos do artigo 48 da Lei nº 8.666/93.
- 7.8 - Durante o período de análise das propostas só serão permitidos questionamentos pelo *e-mail* licita@trtsp.jus.br.
- 7.9 - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data em que a proposta for anexada no Comprasnet.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - Após a aceitação de sua proposta, o licitante deverá enviar sua documentação de habilitação, via Sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”, no prazo de **2 (duas) horas**, contadas da solicitação do(a) pregoeiro(a), no chat de mensagens e/ou por e-mail, sob pena de inabilitação e incidência das penalidades previstas no título 12 deste edital. Será habilitada a empresa que:

8.1.1 - Possuir declaração de situação emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF constando níveis validados I, II, III, IV, e seus respectivos documentos com prazos vigentes.

8.1.1.1 - O(A) pregoeiro(a) realizará consulta *online* nos sítios eletrônicos correspondentes quando verificado que os níveis I, II, III ou IV encontram-se vencidos no SICAF, a fim de validá-lo. Caso a validação eletrônica não seja possível, o licitante deverá encaminhar o documento original ou cópia autenticada no prazo previsto no subitem 8.3 deste edital.

8.1.2 - Não constar do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

8.1.3 - Firmar declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal em campo próprio do sistema eletrônico, em que declare, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8.1.4 - Apresentar certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, segundo legislação do sistema CONFEA/CREA, em que conste como responsável profissional qualificado e habilitado, conforme legislação CONFEA/CREA – Resolução 218/1973, nas atividades da área de engenharia mecânica, de acordo com os serviços dispostos no anexo A - Especificação do Objeto.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

8.1.5 - Apresentar atestado de capacidade técnica e a correspondente certidão de acervo técnico emitida pelo CREA, em que se comprove a prestação de serviços de manutenção, em um mesmo local, em sistema de ar condicionado por chiller scroll, que contenha no mínimo 1 (um) chiller de capacidade igual ou superior a 150 TR. O atestado deverá estar no nome do responsável técnico pela empresa ou no de profissional habilitado e qualificado que comprove vínculo com a empresa.

8.1.5.1 - O profissional detentor do atestado deverá ser o responsável técnico pelo serviço.

8.1.5.2 - Caso o responsável técnico não pertença ao seu quadro permanente, o licitante deverá apresentar declaração formal por ele assinada, para comprovar a sua disponibilidade para a execução dos serviços objeto desta licitação.

8.1.6 - Apresentar declaração de conhecimento, conforme modelo do anexo A.II. O licitante poderá realizar vistoria conforme abaixo:

8.1.6.1 - Marcar data e horário para realização da vistoria, junto à Seção de Infraestrutura Mecânica, enviando por e-mail (enginframec@trtsp.jus.br), data, horário, local da vistoria, nome da empresa, nome do vistoriante e respectivo RG;

8.1.6.2 - A solicitação deverá ser enviada com 2 (dois) dias úteis de antecedência para possibilitar as providências necessárias para sua realização;

8.1.6.3 - A vistoria é facultativa, poderá ser realizada em dias úteis entre 8h00 e 18h00 e será acompanhada pela segurança do prédio.

8.1.6.4 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto desta licitação.

8.2 - Quanto ao cumprimento aos dispostos nos subitens 8.1.1 a 8.1.3, a habilitação do licitante vencedor será verificada *online*.

8.3 - Qualquer documentação emitida por terceiros deverá ser encaminhada imediatamente após solicitação do(a) pregoeiro(a) via sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”, com encaminhamento do original ou da cópia autenticada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para o endereço abaixo:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
"PREGÃO ELETRÔNICO nº 047/2018" - DOCUMENTAÇÃO
AVENIDA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, nº 121 - BLOCO A - 7º ANDAR
BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP: 01139-001

8.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste edital e em seus anexos.

8.5 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o licitante vencedor.

8.6 - Da sessão pública do pregão, divulgar-se-á ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame



licitatório, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no inciso XII do artigo 30 do Decreto nº 5.450/2005.

8.7 - O licitante deverá manter a situação apresentada, quando de sua habilitação, até o término da contratação, sujeitando-se às sanções correspondentes.

9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório de pregão, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licita@trtsp.jus.br, aos cuidados do(a) pregoeiro(a).

9.2 - Caberá ao(à) pregoeiro(a), auxiliado(a) pela Seção responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.3 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - É admissível a manifestação de intenção de interposição de recurso contra alguma decisão do(a) pregoeiro(a), durante a sessão pública, realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, devendo o licitante registrar os motivos de sua manifestação no campo denominado "registrar recurso".

10.1.1 - Não será aceita intenção de recurso ou manifestação de recurso fora do sistema Comprasnet.

10.2 - Após o encerramento da sessão pública, será concedido ao licitante que manifestou a intenção de interpor recurso o prazo de 3 (três) dias para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) pregoeiro(a) ao vencedor.

10.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Coordenadoria de Compras e Licitações, localizada na Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, 7º Andar, Barra Funda, São Paulo/SP, Telefone (11) 3150-2000 ramal 2804.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) pregoeiro(a) sempre que não houver recurso (inciso IX do artigo 11 do Decreto nº 5.450/05).

11.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) pregoeiro(a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente (inciso V do artigo 8º e artigo 27 do Decreto nº 5.450/05).

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



12.1 - Mediante procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, os licitantes estarão sujeitos à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e serão descredenciados no SICAF por até 5 (cinco) anos, quando:

12.1.1 - Na fase de aceitação das propostas, após convocação, deixarem de enviar a proposta ou quaisquer documentos comprobatórios das exigências editalícias;

12.1.2 - Comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude;

12.1.3 - Não apresentarem quaisquer documentos imprescindíveis à assinatura do contrato ou não assinarem o contrato.

12.2 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atrasos na execução e quaisquer outras irregularidades não justificadas, serão aplicadas as sanções administrativas nos termos da minuta de contrato anexa ao presente edital.

12.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

13 - DO CONTRATO

13.1 - Após a homologação da licitação, o licitante será convocado por escrito para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, entregar o(s) documento(s) (original ou cópia autenticada) abaixo descritos:

13.1.1 - Registro ou visto da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da 6ª Região - CREA.

13.1.2 - Registro do profissional técnico devidamente qualificado e habilitado em Engenharia Mecânica.

13.1.2.1 - Caso o responsável técnico pela manutenção objeto desta contratação não conste na certidão de registro da empresa, esta deverá apresentar comprovação de que o profissional em questão pertence a seu quadro de funcionários, sendo qualificado e habilitado conforme legislação CONFEA/CREA na modalidade mecânica.

13.1.3 - A não apresentação de qualquer dos documentos acima elencados, além de obstar a assinatura do contrato, acarretará as consequências previstas no artigo 64 da Lei 8.666/93.

13.2 - Após a entrega dos documentos acima dispostos, o licitante será convocado por escrito para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, retirar e devolver o instrumento contratual devidamente assinado por representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, na forma da minuta apresentada anexa a este edital, adaptada à proposta vencedora.

13.2.1 - A pessoa autorizada pelo adjudicatário a proceder à assinatura do contrato deverá obrigatoriamente apresentar, no ato, cópia do Contrato Social. Caso o representante não seja sócio administrador ou proprietário, deverá apresentar, também, a procuração outorgada pela empresa.

13.2.2 - O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.



13.2.3 - Deverá ser apresentada declaração assinada pelo responsável da empresa, que irá representá-la durante a execução contratual, pelo preposto e seu substituto, com seus respectivos contatos (telefone, e-mail, endereço), conforme Anexo A.III.

13.3 - Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante sua vigência.

13.4 - Incumbirá ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

14 - DO PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado nos termos da minuta de contrato anexa ao presente edital.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 13.587, de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0571.4256.0035 e Natureza da Despesa 3.3.9.0.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, e nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - As empresas participantes deverão manter atualizados seu endereço, *e-mail* e número telefônico junto ao SICAF, a partir da data definida para sessão de abertura das propostas de preços. A impossibilidade de contato sujeitará a empresa às penalidades constantes no título 12.

16.2 - Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF, e dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.3 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

16.4 - Toda comunicação oficial ocorrerá, preferencialmente por *e-mail* ou por publicação, nos termos da legislação.

16.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao procedimento licitatório deverão ser enviados em **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico no endereço licita@trtsp.jus.br, aos cuidados do(a) pregoeiro(a).

16.6 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da adjudicação.

16.7 - É facultado ao(à) pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo, desde a realização da sessão pública.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

16.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

16.9 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.10 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

16.11 - Aplicar-se-ão durante a realização do certame, até a identificação do licitante vencedor, as disposições contidas nos artigos 42 a 45 e 3º a 5º, respectivamente, da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto nº 8.538/15.

16.11.1 - Caso o licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme artigo 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br> se o somatório de ordens bancárias recebidas pelo licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data em que a proposta for anexada no Comprasnet, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme artigo 3º da mencionada Lei Complementar.

16.12 - A empresa deverá atentar para a Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça e suas alterações.

16.13 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição deste contratante para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 do Conselho Nacional de Justiça, publicada no DJ-e em 09/08/2012.

16.14 - Havendo discrepância entre disposições do edital e de seus anexos, quanto à disciplina de situações idênticas, prevalecerão as do edital. Caso a discrepância ocorra entre os anexos, prevalecerá o que dispõe o contrato.

17 - DO FORO

17.1 - O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, 03 de julho de 2018.

Aquiles José Malvezzi

Diretor da Secretaria de Processamento e
Acompanhamento de Contratos e Licitações



ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO – REGIÃO 7

1. OBJETIVO

Esta licitação tem como objetivo a contratação de empresa para prestação dos serviços técnicos de manutenção corretiva e preventiva, conservação e assistência técnica nos sistemas de ar-condicionado das seguintes unidades:

- Fórum Trabalhista de Carapicuíba, Avenida Miriam nº 55, Carapicuíba/SP;
- Fórum Trabalhista de Cotia, Avenida Rotary nº 175, Cotia/SP;
- Fórum Trabalhista de Embu, Rua Belo Horizonte nº 320, Embu/SP;
- Fórum Trabalhista de Franco da Rocha, Avenida Doutor Franco da Rocha nº 96, Franco da Rocha/SP;
- Fórum Trabalhista de Osasco, Avenida Santo Antônio nº 1013, Osasco/SP;
- Fórum Trabalhista de Taboão da Serra, Estrada São Francisco nº 1061, Taboão da Serra/SP.

2. EQUIPAMENTOS EXISTENTES

2.1. CARAPICUÍBA

2.1.1. Split tipo piso/teto de 36.000 BTU

Modelo Evaporadora GST36-22R/A

Modelo Condensadora GST36-22R/A

Marca: Gree

Quantidade: 2 unidades

2.1.2. Split tipo piso/teto de 36.000 BTU

Modelo Evaporadora 42XQM36C5

Modelo Condensadora 38CCM036515MC

Marca: Springer

Quantidade: 1 unidade

2.1.3. Split tipo piso/teto de 24.000 BTU

Modelo Evaporadora GST24-22L/E

Modelo Condensadora GST24-22L/E

Marca: Gree

Quantidade: 4 unidades

2.1.4. Split tipo piso/teto de 24.000 BTU

Modelo Evaporadora 42XQM36C5

Modelo Condensadora 42XQM24C5

Marca: Springer



Quantidade: 3 unidades

2.1.5. Split tipo hi-wall de 24.000 BTU

Modelo: 42MDCA24M5

Marca: Midea

Quantidade: 1 unidade

2.1.6. Split tipo cassete de 24.000 BTU

Modelo: 42KWCC24C5

Marca: Carrier

Quantidade: 2 unidades

2.1.7. Split tipo hi-wall de 18.000 BTU

Modelo: GWNC18DCND1A

Marca: Gree

Quantidade: 2 unidades

2.1.8. Split tipo hi-wall de 18.000 BTU

Modelo: 42MDCA24M5

Marca: Midea

Quantidade: 5 unidades

2.1.9. Split tipo hi-wall de 12.000 BTU

Modelo Evaporadora: GWC12MB-D1NNA

Modelo Condensadora: GWC12MB

Marca: Gree

Quantidade: 1 unidade

2.1.10. Split tipo hi-wall de 9.000 BTU

Modelo Evaporadora: GWC09MB-D1NNA

Modelo Condensadora: GWC09MA

Marca: Gree

Quantidade: 1 unidade

2.2. COTIA

2.2.1. Chiller refrigerado a ar de 20 TR

Modelo RCU020DAS4AP

Marca: Hitachi

Quantidade: 02 unidades

2.2.2. Fancolete cassete de 0,90 TR

Modelo: TCCD09AP

Marca: Hitachi

Quantidade: 02 unidades

2.2.3. Fancolete cassete de 1,80 TR

Modelo: TCCD20AP

Marca: Hitachi



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

Quantidade: 19 unidades

2.2.4. Fancolete cassete de 2,36 TR

Modelo: TCCD28AP

Marca: Hitachi

Quantidade: 02 unidades

2.2.5. Split tipo hi-wall de 18.000 BTU

Modelo: RPC015H3P

Marca Hitachi

Quantidade: 01 unidade

2.2.6. Bomba de água gelada de 10 CV

Modelo: Megabloc 50-315

Motor WEG 7,5 HP

Marca KSB

Quantidade: 03 unidades

2.3. EMBU

2.3.1. Split tipo piso/teto de 36.000 BTU

Modelo Evaporadora: 42XQC036515LC

Modelo Condensadora: 38CCD036515MC

Marca Springer

Quantidade: 1 unidade

2.3.2. Split tipo piso/teto de 24.000 BTU

Modelo Evaporadora: 42XQC024515LC

Modelo Condensadora: 38CCD024515MC

Marca Springer

Quantidade: 5 unidades

2.3.3. Split tipo piso/teto de 12.000 BTU

Modelo Evaporadora: 42RWCA012515LS

Modelo Condensadora: 38KCB012515MS

Marca Springer

Quantidade: 3 unidades

2.3.4. Split tipo hi-wall de 09.000 BTU

Modelo Evaporadora: 42RWCB0009515LS

Modelo Condensadora: 38KCC009515MS

Marca Springer

Quantidade: 1 unidade

2.4. FRANCO DA ROCHA

2.4.1. Split tipo piso/teto de 36.000 BTU

Modelo Evaporadora: 42WQC036515LS

Modelo Condensadora: 38CCD036515MS



Marca: Carrier

Quantidade: 08 unidades

2.4.2. Split tipo piso/teto de 24.000 BTU

Modelo Evaporadora: 42XQC024515LC

Modelo Condensadora: 38KCD024515MC

Marca: Carrier

Quantidade: 05 unidades

2.4.3. Split tipo piso/teto de 18.000 BTU

Modelo Evaporadora: 42XQC018515LC

Modelo Condensadora: 38KCD018515MC

Marca: Carrier

Quantidade: 11 unidades

2.4.4. Split tipo piso/teto de 12.000 BTU

Modelo Evaporadora: 42RWCB012515LS

Modelo Condensadora: 38KCC012515MS

Marca: Carrier

Quantidade: 03 unidades

2.5. OSASCO

2.5.1. Chiller scroll refrigerado a ar de 150 TR

Marca: Carrier

Quantidade: 01 unidade

2.5.2. Fancolete cassete de 3,25 TR

Marca: Carrier

Quantidade: 07 unidades

2.5.3. Fancolete cassete de 2,5 TR

Marca: Carrier

Quantidade: 30 unidades

2.5.4. Fancolete cassete de 1,75 TR

Marca: Carrier

Quantidade: 01 unidade

2.5.5. Fancolete cassete de 1,5 TR

Marca: Carrier

Quantidade: 06 unidades

2.5.6. Fancolete cassete de 0,75 TR

Marca: Carrier

Quantidade: 05 unidades

2.5.7. Split tipo cassete de 36.000 BTU

Marca: Carrier

Quantidade: 01 unidade



2.5.8. Bomba de água gelada de 3CV

Modelo: Megabloc 50-160

Marca KSB

Quantidade: 02 unidades

2.6. TABOÃO DA SERRA

2.6.1. Chiller refrigerado a ar de 15 TR

Modelo: RCU15IASA7P

Marca: HITACHI

Quantidade: 01 unidade

2.6.2. Chiller refrigerado a ar de 15 TR

Modelo: RCU15FASA7P

Marca: HITACHI

Quantidade: 03 unidades

2.6.3. Split tipo piso/teto de 4 TR

Modelo: TCSCD48

Marca Hitachi

Quantidade: 01 unidade

2.6.4. Split tipo piso/teto de 3 TR

Modelo: TCCD36

Marca Hitachi

Quantidade: 12 unidades

2.6.5. Split tipo piso/teto de 2 TR

Modelo: TCCD24

Marca Hitachi

Quantidade: 05 unidades

2.6.6. Fancolete tipo piso/teto de 1,50 TR

Modelo: TCCD18

Marca Hitachi

Quantidade: 03 unidades

2.6.7. Split tipo hi-wall de 18.000 BTU

Modelo: 42MDCA18MS

Marca Midea

Quantidade: 03 unidades

2.6.8. Bomba de água gelada de 3CV

Modelo: Meganorm 065-040-160

Marca KSB

Vazão: 32 m³/h

Quantidade: 02 unidades



3. ITENS INCLUSOS NA MANUTENÇÃO

3.1. Deverá ser fornecido pela empresa sem ônus para o Tribunal todo e qualquer material, peça e equipamento para a execução da manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado, bem como:

3.1.1. Ferramental, para execução da manutenção apresentada no Plano de Manutenção, Operação e Controle desta especificação.

3.1.2. Instrumental, para verificação dos parâmetros de funcionamento;

3.1.3. Material de conservação e serviços para manutenção preventiva e corretiva, entre eles:

- Tinta e material para pintura;
- Material de limpeza dos equipamentos (externo e interno);
- Material para higienização e desinfecção da serpentina com certificação junto ao Ministério da Saúde e apresentação do mesmo à Administração do Tribunal para aprovação de sua utilização;
- Material para higienização e desinfecção da bandeja de condensado, com certificação junto ao Ministério da Saúde, e apresentação do mesmo à Administração do Tribunal para aprovação de sua utilização;
- Material para higienização e desinfecção dos filtros, com certificação junto ao Ministério da Saúde, e apresentação do mesmo à Administração do Tribunal para aprovação de sua utilização;
- Lubrificantes necessários para o funcionamento do sistema, conforme manual do fabricante;
- Material para correção e eliminação de vazamento, incluindo fluido refrigerante, solda, nitrogênio;
- Bombas de dreno e material necessário para sua substituição;
- Gás refrigerante para reposição no split, nitrogênio para pressurização, materiais diversos para eliminação de vazamentos na tubulação frigorífica e correção de problemas referentes a esta operação;
- Gás refrigerante para reposição nos chillers, nitrogênio para pressurização, materiais diversos para eliminação de vazamento na tubulação frigorífica e correção de problemas referentes a esta operação;
- Óleo para complementação de nível nos Chillers e splits, bem como todo material necessário para sanar o problema;
- Gás para limpeza de linha (R141B);
- Produtos de tratamento e análise de água gelada.

3.2. Consideram-se itens inclusos, a manutenção dos ventiladores, exaustores e cortinas de ar, que devem ser mantidos em condições de funcionamento adequados, inclusive com limpeza periódica e lubrificação de componentes, conforme listagem abaixo:

- Cortina de ar

Carapicuíba: 02 unidades



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

Cotia: 01 unidade

· Exaustor

Cotia: 01 unidade

Embu: 01 unidade

Franco da Rocha: 06 unidades

Osasco: 01 unidade

3.3. Realização de coletas de dados da qualidade de ar interno, com a respectiva apresentação de laudo, a cada 6 (seis) meses (mês de abril e mês de outubro), conforme Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003 da Agência de Vigilância Sanitária, distribuídas da seguinte forma:

- Carapicuíba: 12 coletas semestrais;
- Cotia: 10 coletas semestrais;
- Embu: 04 coletas semestrais;
- Franco da Rocha: 06 coletas semestrais;
- Osasco: 22 coletas semestrais;
- Taboão da Serra: 08 coletas semestrais.

3.3.1. A realização da análise da qualidade do ar deverá ser feita em dias úteis das 12:00h às 16:00h, em pontos a serem determinados pela Seção de Infraestrutura Mecânica, a fim de obter o maior número de ocupação do Fórum.

3.3.2. Cada coleta deverá conter:

- Contaminação Microbiológica;
- Concentração de Dióxido de Carbono;
- Temperaturas;
- Umidade;
- Velocidade do ar;
- Concentração de aerodispersóides.

4. NOTA FISCAL

4.1. Deverá conter em seu corpo os seguintes dados:

- 4.1.1. Manutenção do objeto do contrato;
- 4.1.2. Referência do mês e ano da parcela;
- 4.1.3. Número do empenho.

4.2. Deverá ser acompanhada da(s) folha(s) do Livro de Ordem referente ao período em que foram realizados os serviços.

4.3. Deverá ser acompanhada pelo relatório de manutenção devidamente assinado (PMOC).

5. REGISTRO DE SERVIÇOS E COMPARECIMENTO

5.1. Até 05 (cinco) dias da publicação do contrato o engenheiro responsável pela empresa deverá comparecer à Seção de Infraestrutura Mecânica para abertura do Livro de Ordem, em conformidade com a Resolução nº 1.024/2009 do CONFEA.



- 5.2. A contratada deverá fornecer números de telefone para contato e e-mail para possibilitar a abertura de chamados de manutenção.
- 5.3. Deverá ser solicitada autorização de entrada por e-mail (enginframec@trtsp.jus.br) contendo nome do técnico, RG, placa do veículo e, no caso da manutenção periódica, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

6. SERVIÇOS

- 6.1. Não transferir, no todo ou em parte, a execução dos serviços objeto deste memorial, sem prévia e expressa autorização do contratante.
- 6.2. Cumprir o Plano de Manutenção, Operação e Controle contido neste edital.
- 6.3. Os chamados de manutenção corretiva serão encaminhados, via e-mail até as 18:00h, tendo a contratada 30 (trinta) minutos para a confirmação de recebimento, devendo encaminhar pedido de autorização de acesso contendo: nome do técnico, RG e placa do veículo.
- 6.4. Os chamados, de manutenção corretiva, encaminhados até as 12:00h deverão ser atendidos no mesmo dia e após esse horário entre 8:00h e 11:00h do dia útil seguinte.
- 6.5. No atendimento do chamado de manutenção, deve ser efetuado o diagnóstico e solução. Quando a solução não puder ser implementada imediatamente, deverá ser apresentada proposta contendo justificativa, peças necessárias e prazo para a substituição das mesmas.
- 6.6. Todos os serviços a serem executados, bem como todos os materiais empregados, deverão estar rigorosamente em conformidade com as Normas da ABNT e INMETRO aplicáveis, sendo que qualquer material utilizado ou serviço executado que não estejam de acordo deverão ser imediatamente substituídos ou reexecutados, sem qualquer ônus para o Tribunal.
- 6.7. Na manutenção deverá ser preenchida ordem de serviço para cada unidade atendida, conforme modelo do anexo A.I. Esta ordem de serviço deverá ser assinada pelo responsável da unidade e pelo técnico de manutenção ou engenheiro responsável.

7. DIVERSOS

- 7.1. A empresa deverá fornecer aos seus funcionários equipamentos de proteção individual (EPI) bem como equipamentos de proteção coletiva (EPC) adequados às tarefas que serão executadas.
- 7.2. Deverá ser retirado do local, sempre que necessário todo o material restante, tais como entulhos, detritos, etc., devidamente ensacado, sem ônus para este Tribunal.
- 7.3. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados à União ou a terceiros, por seus empregados, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, furtos comprovados, isentando a União de todas e quaisquer reclamações que possam advir, devendo proceder imediatamente os reparos necessários ou o pagamento de indenização correspondente.
- 7.4. Os serviços deverão ser executados de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos da unidade, podendo, inclusive, ser necessária sua realização fora do horário de expediente do Tribunal.



- 7.5. Deverão ser executados, sem ônus para o Tribunal, todos os reparos e/ou substituições em elementos que venham a ser danificados durante a execução dos serviços.
- 7.6. A fiscalização do TRT, composta pelo fiscal local, fiscal técnico e gestor do contrato, poderá, por decisão de qualquer um de seus componentes, suspender qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas (usuários, funcionários ou transeuntes), equipamentos, patrimônio do TRT e vizinhanças.

8. PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC

- 8.1. Efetuar as medições previstas no PMOC. Os modelos deverão ser aprovados pela Seção de Infraestrutura Mecânica.
- 8.2. Realizar as atividades descritas no PMOC dos diversos equipamentos do sistema de ar condicionado e ventilação, cada item dentro da programação descrita.
- 8.3. Verificar se as leituras tomadas estão discrepantes em relação aos valores padrões recomendados pelo fabricante. Em caso positivo, providenciar a necessária regularização e informar a Seção de Infraestrutura Mecânica.
- 8.4. Apresentar relatório PMOC mensalmente dos serviços de operação e de manutenção assinado pelo engenheiro responsável e pelo fiscal local, contendo:
- 8.4.1. Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período incluindo faltas de energia, desempenho dos equipamentos, etc;
 - 8.4.2. Resumo dos serviços preventivos e corretivos executados, com indicação das tendências e as razões de sua existência;
 - 8.4.3. Peças e materiais substituídos por defeito ou desgaste.

OBS.: AS ATIVIDADES PREVISTAS NO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC ENCONTRAM-SE NAS PLANILHAS CONSTANTES NO DOCUMENTO EM PDF

9. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

Garantia de peças e serviços para manutenção corretiva de 3 meses, conforme Código do Consumidor.

10. LEGISLAÇÃO

- a) NBR 13971/ABNT – Manutenção Programada em Sistemas de Ar-condicionado e Ventilação;
- b) NBR 10719/ABNT – Elaboração de relatórios técnicos, conforme item VI, da Resolução ANVISA nº 09/03;
- c) Normas Técnicas 001, 002, 003 e 004, conforme item VI, da Resolução ANVISA nº 09/03;
- d) Portaria nº 3523/98 – Regulamento Técnico para operação, manutenção e controle de instalações de climatização.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

ANEXO A.I

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

FÓRUM:					
CONTRATADA:					
DATA:					
EQUIPAMENTOS					
EQUIPAMENTO:					
LOCAL:					
ANDAR:					
<div><input type="checkbox"/> EVAPORADORA Marca: Modelo: Tombo:</div> <div><input type="checkbox"/> CONDENSADORA Marca: Modelo: Tombo:</div> <div><input type="checkbox"/> OUTROS Descrição:</div>					
DEFEITO/PROBLEMA:					
OBSERVAÇÕES:					
PEÇAS					
DESCRIÇÃO	MARCA	CÓDIGO/ MODELO	PREÇO UNIT.	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
TOTAL:					

Técnico

Cliente

ANEXO A.II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO – PG-047/2018

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que sou detentor de todas as informações necessárias e conhecedora das condições locais e do estado dos equipamentos existentes, a qual proponho ao oferecimento da proposta de preços e execução dos serviços, conforme exigência do edital e condições especificadas no anexo A – Especificação do Objeto e seus anexos, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para o exato cumprimento das obrigações assumidas.

_____, ____/____/____
Cidade Data

Nome da empresa e CNPJ

Responsável pela empresa



ANEXO A.III

CARTA DE PREPOSTO

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na Rua _____, vem indicar o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____, como preposto titular e o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____ como preposto substituto, conferindo-lhes poderes para representá-la durante a execução contratual.

São Paulo, __ de ____ de 2018.

(Assinatura do Representante legal)

(Assinatura do Preposto)

(Assinatura do Preposto substituto)

Obs.: Esta Carta de Preposto deverá ser entregue junto ao contrato assinado, conforme item 13.2.3 do instrumento convocatório.



ANEXO B

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 047/2018 - CONTRATO CCL-CT Nº ____/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO** E A EMPRESA _____, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, CONSERVAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DOS FÓRUMS DE CARAPICUÍBA, COTIA, EMBU, FRANCO DA ROCHA, OSASCO E TABOÃO DA SERRA (REGIÃO 7)

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, C.N.P.J. nº 03.241.738/0001-39, com sede na Rua da Consolação nº 1.272, São Paulo/SP, representado neste ato por seu Desembargador Presidente, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a _____ C.N.P.J. nº _____, com sede _____, por seu representante legal no final qualificado, doravante designada meramente **CONTRATADA**, na presença de duas testemunhas, no final identificadas e assinadas, celebram o presente contrato, em conformidade com o resultado do **Processo PROAD nº 23.853/2018** e **PREGÃO nº 047/2018**, devidamente homologado nos autos do referido processo, fundamentado na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como legislação aplicável, firmando o compromisso de cumpri-lo de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços técnicos de manutenção corretiva e preventiva, conservação e assistência técnica nos sistemas de ar condicionado dos Fóruns de Carapicuíba, Cotia, Embu, Franco da Rocha, Osasco e Taboão da Serra (Região 7), de acordo com as exigências deste instrumento e demais disposições do Pregão nº 047/2018 e em seus anexos, bem como da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, documentos estes cujas disposições ficam fazendo parte integrante do presente, independentemente de transcrição.

Parágrafo Único: Os serviços serão realizados nas seguintes unidades:

1. Fórum Trabalhista de Carapicuíba, localizado na Avenida Miriam nº 55, Carapicuíba/SP;
2. Fórum Trabalhista de Cotia, localizado na Avenida Rotary nº 175, Cotia/SP;
3. Fórum Trabalhista de Embu, localizado na Rua Belo Horizonte nº 320, Embu/SP;
4. Fórum Trabalhista de Franco da Rocha, localizado na Avenida Doutor Franco da Rocha nº 96, Franco da Rocha/SP;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

5. Fórum Trabalhista de Osasco, localizado na Avenida Santo Antônio nº 1013, Osasco/SP;
6. Fórum Trabalhista de Taboão da Serra, localizado na Estrada São Francisco nº 1061, Taboão da Serra/SP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Manter as condições de habilitação apresentadas no procedimento licitatório durante toda a execução deste contrato;
2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços prestados;
3. Obedecer às normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente, conforme exigido no artigo 12, incisos VI e VII, da Lei nº 8.666/93 e do artigo 1º da Lei nº 4.150/62;
4. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados à União ou a terceiros, por seus empregados, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, furtos comprovados, isentando a União de todas e quaisquer reclamações que possam advir, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento de indenização correspondente;
5. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados, instruindo-os a tratar com urbanidade e respeito todas as pessoas presentes nas dependências do **CONTRATANTE** e de suas unidades, onde prestar serviço;
6. Manter a disciplina no local dos serviços, adotando medidas que previnam ou reprimam, de forma eficaz, condutas prejudiciais à adequada execução contratual, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;
7. Fornecer pessoal capacitado para a atividade, devidamente uniformizado, com seu logotipo, crachá de identificação e ferramenta apropriada ao serviço a ser executado, o qual deverá seguir as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
8. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados, acidentados ou com mal súbito;
9. Cercar os seus empregados de todas as garantias e medidas de proteção ditas pela legislação vigente, inclusive no que diz respeito à higiene e segurança do trabalho, mediante o emprego de todos os meios acautelatórios aconselhados para cada espécie de serviço a executar, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização de todos os equipamentos e materiais de proteção individual (EPI) e Coletivo (EPC), bem como todos os equipamentos necessários à execução dos serviços como andaimes, escadas e equipamentos de testes, ficando sob sua inteira responsabilidade qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer durante a execução do serviço;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

10. Apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) recolhida no nome do engenheiro responsável técnico pela manutenção, constando o número do contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação para retirada do contrato assinado pelas partes;

11. Cumprir rigorosa e integralmente o que dispõe o anexo A do Edital - Especificação do Objeto.

Parágrafo Único: A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do **CONTRATANTE**:

1. Assegurar o livre acesso das pessoas credenciadas pela **CONTRATADA** aos locais onde serão executados os serviços, prestando-lhes os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

2. Fiscalizar os serviços prestados;

3. Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DOS SERVIÇOS

A responsabilidade técnica dos serviços prestados caberá ao(à) Sr(a) _____, habilitado(a) em Engenharia _____ registrado(a) no CREA com o nº _____.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, pelo período de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser prorrogado até o limite previsto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA: DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO

Os prazos inicialmente previstos relativos à execução do objeto poderão sofrer prorrogação, nas hipóteses previstas no artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, mantidas as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO

O **CONTRATANTE**, em contraprestação aos serviços, obriga-se ao pagamento mensal da importância de R\$ _____ (_____), já incluídas nesse preço todas as peças e despesas com tributos, taxas e demais encargos decorrentes da atividade objeto do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTAMENTO



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

Os preços convencionados, nos termos da proposta homologada, poderão admitir reajustamento, visando à adequação aos novos valores de mercado, observados os seguintes aspectos:

a) Fica estabelecida a data em que a proposta foi anexada no Comprasnet (___/___/___) para a contagem da anualidade para fins do reajustamento.

b) Utilização da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial IPCA-E apurada entre o marco estabelecido na alínea “a” e o mês anterior ao da incidência do reajuste, respeitado o interregno de 12 (doze) meses, ressalvada a preclusão disposta no parágrafo segundo desta cláusula.

Parágrafo Primeiro: Os reajustes serão precedidos de solicitação formal da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** perderá o direito de exigir retroativamente o reajuste dos preços contratados se não solicitá-los até, no máximo, o mês subsequente ao da aquisição do direito ante o princípio da preclusão. Ultrapassado este prazo, os efeitos financeiros do reajustamento somente terão vigência a partir da data da solicitação.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

- **Provisoriamente**, no momento da comunicação do serviço realizado pela **CONTRATADA** através da Ordem de Serviço.

- **Definitivamente**, no ateste na nota fiscal pelo fiscal do serviço.

Parágrafo Único: Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à **CONTRATADA**, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

CLÁUSULA DEZ: DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados no mês subsequente à prestação dos serviços, em até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da respectiva Nota Fiscal Eletrônica certificada pela fiscalização do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviços – ANS (Anexo F), que define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações do pagamento.

Parágrafo Segundo: Ocorrerá a glosa no pagamento devido, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a contratada não produzir os resultados, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme disposto no Acordo de Nível de Serviços (Anexo F).

Parágrafo Terceiro: Quando do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá comprovar sua Regularidade Fiscal Federal no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, FGTS, INSS e CNDT). Em caso de irregularidade fiscal haverá suspensão do prazo de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

pagamento e o contratado será notificado para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.

Parágrafo Quarto: O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA** por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

Parágrafo Quinto: O **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras, desde que o valor seja líquido, já descontada a retenção na fonte prevista neste contrato.

Parágrafo Sexto: Sobre o valor faturado, será retido na fonte o correspondente ao Imposto sobre a Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, conforme o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11/01/2012, com as alterações.

Parágrafo Sétimo: As microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas ou não no regime tributário do Simples Nacional, receberão tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11/01/2012.

Parágrafo Oitavo: A empresa optante pelo regime do Simples Nacional, deverá encaminhar, anexa à primeira Nota Fiscal Eletrônica, para fins de comprovação da manutenção de sua situação jurídica, a declaração constante do Anexo IV daquela Instrução Normativa, em duas vias, assinadas pelo representante legal.

Parágrafo Nono: Caso a **CONTRATADA**, optante pelo Simples Nacional, não apresente a declaração indicada na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11/01/2012 ou a envie em desacordo com o seu Anexo IV, sofrerá retenção na fonte do correspondente ao Imposto sobre a Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e contribuição para o PIS/PASEP, conforme o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11/01/2012, com as alterações e demais encargos legais.

Parágrafo Dez: Sob pena de aplicação das penalidades e incidência dos encargos legais, a microempresa ou empresa de pequeno porte, optante ou não pelo SIMPLES NACIONAL deverá, em caso de alteração desta condição, comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Onze: Considera-se como data do efetivo pagamento o dia em que for emitida a competente Ordem Bancária em favor da **CONTRATADA**.

Parágrafo Doze: Os pagamentos referentes aos meses de ativação ou desativação dos serviços terão como base de cálculo o mês comercial (30 dias).

a) No mês de início da execução contratual o valor mensal devido à contratada será calculado em função do número de dias não trabalhados, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$V = \frac{30 - D}{30} \times \text{Valor Mensal Contratado}$$



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

Onde: V = valor devido no mês de início da vigência contratual.

D = número de dias de serviço não prestados no mês.

b) No último mês de execução contratual o valor mensal devido à contratada será calculado em função do número de dias efetivamente trabalhados aplicando-se a seguinte fórmula:

$$V' = \frac{D'}{30} \times \text{Valor Mensal Contratado}$$

Onde: V' = valor devido no mês de encerramento da vigência contratual..

D' = número de dias de serviço efetivamente prestados no mês.

Parágrafo Treze: Quando legalmente exigido, o **CONTRATANTE** fará a retenção na fonte e o respectivo recolhimento de outros tributos e contribuições.

Parágrafo Quatorze: Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou 12% (doze por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de apuração dos encargos;

TX = Percentual anual de encargos moratórios;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA ONZE: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e a gestão serão realizadas com o acompanhamento do presente contrato e das eventuais penalidades e serão exercidas pelo **CONTRATANTE** por Servidores designados por Portaria da Diretoria Geral da Administração, nominando-o e a seu substituto, a qual será juntada ao processo quando da sua publicação.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização encaminhará as ocorrências e informará a gravidade das infrações à Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações para o processamento das penalidades.

Parágrafo Segundo: Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

Parágrafo Terceiro: A fiscalização do **CONTRATANTE** poderá suspender qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas (usuários, funcionários ou transeuntes), equipamentos, patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros.

Parágrafo Quarto: A suspensão dos serviços, motivada por condição de insegurança, na qual se verifique a inobservância, pela **CONTRATADA**, das normas vigentes e demais disposições do



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

presente contrato, não a eximirá da incidência de multas por atraso e demais penalidades previstas neste contrato e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA DOZE: DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste contrato, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, a unidade fiscalizadora informará a gravidade da infração, sugerindo a aplicação à **CONTRATADA**, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, das seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa conforme a seguir discriminado:

Descumprimento	Multa de até:
Atrasar o início da execução dos serviços, desrespeitando prazo estabelecido contratualmente.	1 % (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato.
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	0,5% (meio por cento), por dia de suspensão, sobre o valor anual do contrato.
Retirar equipamentos danificados ou não, das respectivas instalações, de propriedade do Contratante, sem a sua autorização.	0,5% (meio por cento), por ocorrência, sobre o valor mensal do contrato.
Executar, reiteradamente, serviço incompleto ou deixar de providenciar recomposição complementar.	0,5% (meio por cento), por ocorrência, sobre o valor anual do contrato.
Encaminhar, reiteradamente, nota fiscal desacompanhada de todos os documentos trabalhistas, previdenciários, fiscais e controles de ponto, conforme fixado em contrato.	0,5% (meio por cento) por ocorrência, sobre o valor anual do contrato.
Deixar de fornecer, reiteradamente, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços contratados.	0,2% (dois décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor mensal do contrato.
Deixar de cumprir, reiteradamente, o Plano de Manutenção, Operação e Controle.	1% (um por cento) do valor anual do contrato.
Deixar de cumprir outras obrigações contratuais não especificadas.	0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor mensal do contrato.
Deixar de apresentar os seguintes documentos relativos aos profissionais que prestarão serviços: Cópias dos contratos de trabalho; Cópias de eventuais aditivos aos contratos de trabalho; Cópias das carteiras de trabalho e previdência social - CTPS (com identificação do empregado e anotação de registro); Cópia dos atestados de saúde ocupacionais (ASO) - admissionais, periódicos, etc.; Cópia dos registros inseridos no livro de registro de empregados; Cópia das fichas de entrega de EPI's, constando a entrega de todos os equipamentos necessários ao desenvolvimento dos serviços; Cópia dos comprovantes de entrega das ferramentas indicadas no Anexo - A.	0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor mensal do contrato, contados a partir da data de início do contrato;
Deixar de apresentar o PCMSO e PPRA, conforme contrato.	0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor mensal do contrato.

c) Multa rescisória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, a que ficará obrigada a **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do contrato;



d) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais, no caso de ensejar o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo Primeiro: A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com a União poderá ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente à de multa.

Parágrafo Segundo: As multas previstas nesta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos a que porventura a **CONTRATADA** tenha direito.

Parágrafo Terceiro: Caso inexistentes pagamentos, a **CONTRATADA** deverá recolher as multas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da notificação, por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante de pagamento ao **CONTRATANTE**, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

Parágrafo Quarto: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Quinto: Os descumprimentos contratuais serão considerados reiterados se excedido o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no item 7 do Acordo de Nível de Serviços (anexo F) ou, ainda, quando verificadas de mais de 5 (cinco) ocorrências do mesmo tipo em um período de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA TREZE: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas situações previstas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Ocorrendo a rescisão de que trata o caput desta cláusula, não caberá à **CONTRATADA** qualquer indenização, salvo se motivada pelas hipóteses previstas nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem culpa da **CONTRATADA**, sendo-lhe devido apenas o pagamento relativo ao serviço realmente executado e desde que aprovado pelo **CONTRATANTE**, deduzidas as multas que eventualmente tenham sido aplicadas.

CLÁUSULA QUATORZE: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das penalidades previstas, bem como da rescisão unilateral deste contrato por ato do **CONTRATANTE**, caberá recurso, sem caráter suspensivo, nos termos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações.

CLÁUSULA QUINZE: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo **CONTRATANTE** ou por mútuo consentimento das partes, caracterizadas as hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

Parágrafo Único: O Termo Aditivo deverá ser devolvido à Coordenadoria de Contratos devidamente assinado por representante legal da **CONTRATADA**, com firma reconhecida em Cartório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o envio do documento, sob pena de incidência das penalidades dispostas neste instrumento.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 13.587, de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0571.4256.0035 e Natureza da Despesa 3.3.9.0.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, e nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DEZESSETE: DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO

O presente contrato, que será registrado e arquivado pelo **CONTRATANTE**, terá seu extrato publicado na Imprensa Oficial, conforme o *caput* do artigo 60 e parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DEZOITO: DO FORO

As partes contratantes elegem a Seção Judiciária de São Paulo da Justiça Federal como o foro competente para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo as partes contratantes, assinam o presente instrumento de contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, de de 2018.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 2ª REGIÃO

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

ANEXO C

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Pregão nº 047/2018 - Eletrônico

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

Tel.:

Fax:

Cel.

Dados Bancários

Banco:

Agência:

C/C:

e-mail:

OPTANTE DO SIMPLES: () **SIM** () **NÃO**

OBJETO: Contratação de empresa para prestação dos serviços técnicos de manutenção corretiva e preventiva, conservação e assistência técnica nos sistemas de ar condicionado dos Fóruns Trabalhistas de Carapicuíba, Cotia, Embu, Franco da Rocha, Osasco e Taboão da Serra (Região 7)

FÓRUM	PREÇO MENSAL	PREÇO TOTAL (12 meses)
Carapicuíba	R\$ _____,____	R\$ _____,____
Cotia	R\$ _____,____	R\$ _____,____
Embu	R\$ _____,____	R\$ _____,____
Franco da Rocha	R\$ _____,____	R\$ _____,____
Osasco	R\$ _____,____	R\$ _____,____
Taboão da Serra	R\$ _____,____	R\$ _____,____
VALOR GLOBAL		R\$ _____,____

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data em que a proposta for anexada no Comprasnet.

São Paulo, ____ de _____ de 2018.

(Representante da Empresa)



ANEXO D

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ, DE 09/08/2012

_____(nome), _____RG, inscrito no CPF sob nº _____,
declaro, ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sob as penas da lei, que não incido em qualquer
hipótese de vedação prevista na Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura



ANEXO E

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 7 DO CNJ, DE 18/10/2005

Pregão nº 047/2018 - Eletrônico

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr (a) _____, Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores investidos em cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, pertencentes ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

São Paulo, ____ de _____ de 2018.

(Representante da Empresa)



ANEXO F

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Objeto: Prestação dos serviços técnicos de manutenção corretiva e preventiva, conservação e assistência técnica nos sistemas de ar condicionado dos Fóruns Trabalhistas de Carapicuíba, Cotia, Embu, Franco da Rocha, Osasco e Taboão da Serra (Região 7)

1. O Acordo de Nível de serviço (ANS) será parte integrante do contrato, como seu anexo;
2. Os descontos previstos no ANS são autônomos, não excluindo a aplicação das penalidades previstas;
3. Os descontos serão efetuados, na data do pagamento da mensalidade, por meio de glosa sobre o valor contratado;
4. O objetivo do ANS é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do ANS, serem interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório;
5. Eventual discordância da contratada quanto aos descontos não suspenderá a glosa na data do pagamento, podendo a contratada nesta situação manifestar, posteriormente a esta data, sua irrisignação, a qual, havendo documentos probatórios de sua argumentação, poderá sustentar a restituição à contratada dos valores descontados;
6. Os descontos serão realizados por ocorrência, por mês, nos casos das irregularidades listadas nos itens 1 e 10 a 15, sendo somado seu percentual no caso de reincidência;
7. Para as demais irregularidades, não listadas no item anterior, será realizado um desconto mensal, independentemente do número de ocorrências, exceto quanto ao descumprimento do PMOC - Item 1 - cujo desconto será calculado sobre o número de itens do programa não executados. Caso no mês subsequente ao do evento que ensejou o desconto não seja identificada a regularização da situação, novo desconto será aplicado. Após 60 dias sem que ocorra o saneamento da pendência, proceder-se-á a abertura de processo de penalidade para a aplicação das penalidades contratuais previstas;
- 8 Os descontos serão realizados, sempre que possível, na nota fiscal relativa ao mês da ocorrência;
- 9 Para efeito de aplicação dos descontos serão atribuídos graus de severidade, conforme tabelas a seguir;
- 10 Os descontos abaixo são independentes, podendo ser aplicados cumulativamente:

Grau	VALOR DO DESCONTO
1	Desconto de 0,5% sobre o valor mensal contratado
2	Desconto de 1,0% sobre o valor mensal contratado
3	Desconto de 1,5% sobre o valor mensal contratado
4	Desconto de 2,0% sobre o valor mensal contratado
5	Desconto de 2,5% sobre o valor mensal contratado
6	Desconto de 3,0% sobre o valor mensal contratado



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 047/2018

ITEM	OCORRÊNCIA	GRAU
1	Deixar de executar serviços e/ou de fornecer os materiais previstos no Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, por ocorrência.	06
2	Deixar de preencher a ficha do histórico dos equipamentos após cada intervenção (preventiva e corretiva).	05
3	Não apresentar ou apresentar de forma incompleta o relatório quadrimestral dos serviços de operação e de manutenção assinado pelo engenheiro responsável.	06
4	Deixar de indicar preposto e/ou seu substituto, o qual será o ponto de contato entre o contratante e a contratada.	01
5	Deixar de fornecer números de telefone para contato e e-mail para possibilitar a abertura de chamados de manutenção.	01
6	Deixar de comparecer, por meio de seu engenheiro responsável, para abertura do Livro de Ordem.	02
7	Não entregar o cronograma de manutenção preventiva.	02
8	Deixar de realizar, no período programado, a análise da qualidade do ar ou realizá-la em desacordo com o estabelecido contratualmente.	06
9	Não apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) recolhida no nome do profissional responsável técnico pela manutenção.	05
10	Deixar de fornecer ou de fiscalizar o uso de equipamentos e materiais de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC)	03
11	Não participar das reuniões inicial e/ou periódicas pelo contratante.	02
12	Descumprir os prazos relativos aos chamados de manutenção corretiva, incluídos os tempos de confirmação de recebimento (30 minutos) e de início do atendimento (04 horas), calculados por dia, por localidade não atendida.	03
13	Deixar de fornecer pessoal uniformizado e sem crachá de identificação.	01
14	Deixar de retirar do local de prestação dos eventuais materiais restantes, tais como entulhos, detritos, entre outros, na forma prevista no contrato.	01
15	Portar-se, por meio de seus funcionários, de forma indevida nos locais de prestação dos serviços.	01
16	Executar trabalho com a utilização de funcionário cuja substituição já houver sido requerida pelo Contratante.	02
17	Deixar de cientificar ao Contratante da necessidade de realização de qualquer manutenção aparente que deveria haver sido detectada ou informada durante as vistorias mensais.	05
18	Deixar de apresentar, no prazo fixado em contrato, a documentação necessária ao pagamento da nota fiscal (fiscal, trabalhista e previdenciária), ou apresentá-la de forma incompleta.	02
19	Não executar os reparos e/ou as substituições em elementos que venham a ser danificados durante a execução dos serviços.	03
20	Não apresentar as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório - checagem realizada na data de vencimento da mensalidade.	01